

Cerca de 1,5 milhão de brasileiros trabalham por aplicativo em entrega ou transporte

<https://oportunidades.go.gov.br/category/relatorios/>

Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, 1,5 milhão de pessoas trabalhavam por aplicativo no Brasil, cerca de 1,7% da população ocupada. Outras 628 mil pessoas trabalhavam em plataformas digitais de comércio. A grande maioria atua no transporte, seja de passageiros ou de mercadorias e comida (67,3%). A maioria (77,1%) trabalham por conta própria e apenas 5,9% têm carteira de trabalho assinada. A grande maioria também é composta por homens (81,3%) e quase metade (48,4%) têm entre 24 e 39 anos de idade. Quanto à escolaridade, a maioria tem nível médio completo ou superior incompleto (61,3%).

Os rendimentos desses trabalhadores ficaram um pouco acima da média nacional geral, porém com mais horas trabalhadas por semana: rendimento 5,4% maior, chegando a R\$ 2.645 contra R\$ 2.513, mas trabalhando 46 horas semanais, contra a média de 39,6 horas. Os motoristas plataforma têm uma renda média de R\$ 2.454 e trabalham cerca de sete horas a mais por semana do que motoristas não plataforma. Entre os motociclistas entregadores, porém, a renda é menor, ficando em R\$ 1.784, abaixo da média dos não plataforma, de R\$ 2.210. Além disso, entregadores por aplicativo trabalham 4,8 horas a mais por semana em média.

"Encontramos traços de progresso em meio aos de atraso. O progresso representado pelo avanço das tecnologias da informação e comunicação. De outro lado, temos o atraso, que independe da tecnologia, mas deriva da forma como a sociedade vê o trabalho e aquele que trabalha. Neste ponto, o consumidor não está preocupado que a acessibilidade de um serviço, em termos de custo, envolva a precarização do trabalho, careça de meritocracia e subordine pessoas, avalia o economista e professor Everton Rosa.

Ele avalia essa nova forma de trabalho como um passo adiante no processo de terceirização do trabalho, mas agora sem uma intermediação judicial, ocorrendo diretamente entre trabalhador e plataforma. "Entendo que a tecnologia envolvida veio para ficar e vai encontrar cada vez mais novas formas de uso e aplicação nas atividades econômicas. Já a execução do serviço, isto é, do trabalho, é uma questão a ser debatida, pois nossas sociedades se assentam sobre a propriedade privada, livre iniciativa, mas também sobre o trabalho, direitos e deveres", completa.